

ÉTICA E VIVÊNCIA

Mayra Landim*
Walter Fajardo*

A discussão sobre ética tem sido uma constante na contemporaneidade. As dificuldades de se encontrar um direcionamento efetivo quanto a um procedimento eficaz, tanto em seu aspecto jurídico como em seu aspecto pedagógico, parece ser o maior desafio que se impõe à realidade.

O Professor Saldanha segue este caminho. Num profundo debate sobre a necessidade de se encontrar alternativas para concretização de um projeto ético, remete-nos a uma densa reflexão histórica e axiológica da moral tanto a nível universal quanto na sua dimensão da contextualidade brasileira.

No entender do autor “a ética corresponde ao conjunto de todas as formas de normatividade vigente nas agrupações humanas” (p.07), o que, portanto, perpassa todas as dimensões que incluem reflexão e construção de instrumentos reguladores do comportamento coletivo, tanto no que se refere aos interesses do indivíduo quanto ao que se remete ao bem coletivo. É nesta dimensão que o trabalho do jurista detém maior atenção, distinguindo questões axiológicas entre a ética clássica e a contemporânea. Verificando que, enquanto na primeira a dimensão reflexiva da ética centrava-se no bem da *cidade*, nos tempos atuais, em função da potência que a individualidade recebeu da modernidade, vive-se numa dificuldade de direcionamento reflexivo entre o bem comum e os direitos do cidadão.

No construir destas considerações Saldanha recupera os aspectos políticos da eticidade ao identificar que “os valores em geral – principalmente os que tangem à convivência – radicam [na] política [...] [e] no plano institucional do viver” (p. 14), ao mesmo tempo em que tece um olhar para as dimensões culturais dessa convivência. Verifica-se assim que, se é a pessoa (no sentido de sua individualidade) que vai dar a significação ao valor dessa politicidade, e se é essa pessoa (no sentido

* Mestranda em Educação e Contemporaneidade da UNEB.

** Mestrando em Educação e Contemporaneidade da UNEB.

da convivência) identificada e considerada (por ela e pelo grupo) como um membro desta coletividade, há aí um dado que remete as identificações axiológicas da ética a uma dimensão cultural, pois “os valores que se atribuem à pessoa [...] são referências cuja significação objetiva se acha na dimensão institucional: língua, parentesco, ordem social, crenças” (p.14), os quais são atributos construídos a partir de referenciais culturais.

Outro aspecto trazido nesta reflexão é a existências das *constantes*, que são “conceitos que permanecem mesmo através de diferentes contextos culturais, [ou seja], conceitos, representações ou *princípios* éticos que persistem, embora, certamente, com variantes” (p.35). Valores que, passando por várias épocas, adentram diferentes contextos e diferentes culturas. Elementos de uma “moral arquetípica, [que] perpassa os povos, os tempos” (p.38), um *arquetipo* formado a partir de construções e edificações de grandes “doutrinas sociais, sócio-econômicas ou políticas” (p. 46) que, atravessando o tempo, constituiu-se em teorias éticas, realizando-se como um *ethos* manifesto e “constante”, que, ainda com possíveis variações culturais, efetiva-se em sua intenção axiológica.

Possivelmente é esse *ethos* universal que unifica o desejo global de manutenção da vida e da existência humana, cristalizando-se em ações como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, e mais presentemente os direitos universais das mulheres e das crianças e adolescentes.

Na passagem do antigo para novo, mesmo com a manutenção de tais *constantes*, a fragmentação instituída pela modernidade tem gerado uma nova instabilidade. Enquanto a “ética greco-romana revelava uma concepção hierárquica do mundo e

da sociedade, da vida humana portanto; uma concepção que configurava como uma ordem montada sobre um centro divino e estável” (p.76), na ética moderna o homem se vê em crise por falta de referências, “acha-se bracejante em contextos sociais instáveis e entre valores precários” (p.76). “Com o relativismo e com a relativização fornecida pelas ciências do tipo da sociologia e psicologia, a realidade deixa de encarar-se com um todo, e as opções valorativas deixam de ser radicais; homens e sociedades passam a ser vistos sob a forma de possibilidades distintas e a ser julgados em função de alternativas mais flexíveis” (p.81).

Essa nova condição gerou outras perspectivas em relação à participação, pois o conceito de democracia dado pela *polis* e efetivado na intenção universal em Rousseau parece não ter se configurado na estrutura da democracia participativa, o que demanda uma nova re colocação deste valor, uma melhor equação axiológica entre o representativo e o participativo. Na antiguidade prevalecia-se o interesse do todo sobre o individual, a *cultura da polis*. A axiologia contemporânea ainda permanece numa dimensão entre o abstracionismo da multiplicidade e o substancialismo inerente ao desejo civilizatório, “[...] na antiguidade, com o primado do todo sobre as partes (o primado da cidade na cultura clássica) a comunidade se impunha sobre os indivíduos, com suas crenças e suas normas. Esses referenciais deixaram de ser permanentes na cultura ocidental contemporânea, [...] parece que a cultura ocidental moderna realmente se ressentiu do esvaziamento dos fundamentos” (p.111),

Assim sendo, na vida contemporânea parece prevalecer o pragmatismo e o hedonismo, numa utilização do direito para preservar com maior

intensidade o individual e o privado em detrimento de ações que ampliem e fortaleçam ações solidárias e éticas. As dimensões da crise axiológica contemporânea parecem extremar ao limite da vida, quando, nas pretensas intenções de reprodução humana, esfolam-se com frequências nas relações com a *bioética*.

Apenas em poucos aspectos poderíamos levar as reflexões do Professor Saldanha a questionamentos, mas, ao afirmar que “o correto agir depende do correto saber ou do correto pensar, e, portanto, toda formação ética depende de uma formação intelectual”, teríamos a impressão que o *intelectual* se sobrepõe ao bem. Desta forma, numa modesta intenção, acrescentaríamos a isso que o puro saber intelectual não garante uma eficiência ética, ao saber intelectual é necessário um saber reflexivo e axiológico no que se refere aos aspectos da convivência, da manutenção da vida e dos conteúdos elementares de sua manutenção.

Esse aprofundamento na ética e na história a que nos remeteu Saldanha, coloca-nos diante de um conflito ainda não resolvível: “com a perda da visão da generalidade e dos conjuntos (a vida, a sociologia, a história, etc), perdeu-se a relação entre *ciência* e aquilo que se chama *humanismo*” (p.152). Talvez precisemos retornar aos elementos que fundaram o humanismo, o iluminismo e os princípios que edificaram a consciência histórica da modernidade e da contemporaneidade. Esquivar-se das potencialidades tecnológicas da contemporaneidade não parece ser a melhor opção. Identifica-se então, um provável redimensionamento dos valores implícitos na utilização dessas tecnologias. “O que continua necessário, certamente, é o reexame *crítico* destes problemas, com alusão aos valores implicados em cada posição e à relação destas com o *humano*. A consciência do humano (que deve fazer parte da consciência *filosófica* em qualquer caso) deve ser, entre outras coisas, conhecimento e compreensão da história das situações do viver: do viver como experiência específica e intransferível” (p.170).